



CONGRESSO NACIONAL

MPV - 315

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00016

data 09/08/2006	proposição Medida Provisória nº
--------------------	------------------------------------

autor Senador JORGE BORNHAUSEN	nº do prontuário
--	------------------

1	Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo global
---	------------	-----------------	-----------------	------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA Nº - CM

(à MPV nº 315, de 2006)

Dê-se ao art. 9º da Medida Provisória nº 315, de 2006, a seguinte redação:

“Art. 9º A inobservância do disposto nos arts. 1º e 8º acarretará a aplicação de multas, de acordo com regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).”

JUSTIFICAÇÃO

Os órgãos dotados de poder normativo, por força de delegação emanada da lei ou da Constituição, podem produzir, com alto grau de especialização técnica, regras obrigatórias e dotadas de sanção. Como sabemos, em virtude da inerente especialização técnica, o processo de produção normativa dos órgãos responsáveis por exercer o poder de polícia administrativo é mais ágil e preciso do que o processo de produção normativa do Parlamento.

Portanto, melhor do que a lei estabelecer quais são as condutas que caracterizam violação do disposto nos arts. 1º e 8º da Medida Provisória e as respectivas sanções, é mais adequado que a norma delegue essa função ao Conselho Monetário Nacional (CMN), que por ser autoridade monetária tem um preparo técnico específico para tanto.

Por fim, deve ser retirado o vocábulo “fiscais” que adjectiva o vocábulo “multas”, uma vez que as multas aplicadas em decorrência do descumprimento das normas previstas na MPV em questão têm a natureza de multa administrativa e não de multa fiscal.

PARLAMENTAR

